



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 2021 e 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 31 milhões possui suficiência em relação ao Capital Mínimo Requerido de 429%. O Superávit do exercício foi de R\$ 1,657 milhão.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO

A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit acumulado de exercícios anteriores nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações.

PLANO DE NEGÓCIOS

Para o triênio de 2022 a 2024, aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 40% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 6 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios

Dando continuidade ao plano de desinvestimento em imóveis, a Entidade continuará buscando alienar os imóveis destinados à venda.

Faz parte do planejamento estratégico da Entidade o crescimento de sua base de participantes, sua transformação de sociedade civil, sem fins lucrativos, para sociedade anônima, através do aumento de capital obtido junto aos parceiros investidores, e, já iniciou o processo de constituição de uma sociedade seguradora Vida e Previdência S.A..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2022.

VIVER PREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
CIRCULANTE		<u>26.910.778,69</u>	<u>31.475.330,52</u>
Disponível		<u>735.238,11</u>	<u>1.069.199,04</u>
Caixa e Bancos		735.238,11	1.069.199,04
Aplicações	4	<u>12.323.992,10</u>	<u>12.616.263,66</u>
Créditos das Operações com Previdência Complementar	9	<u>730.510,32</u>	<u>645.841,03</u>
Valores a Receber		730.510,32	645.841,03
Títulos e Créditos a Receber		<u>4.795.156,96</u>	<u>4.708.623,10</u>
Títulos e Créditos a Receber	10	2.515.701,29	2.303.796,94
Créditos Tributários e Previdenciários		3.449,56	14.627,51
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	217.276,35	-
Assistência Financeira a Participantes	12	1.968.973,13	2.302.416,18
Outros Créditos	13	89.756,63	87.782,47
Outros Valores e Bens		<u>8.292.154,80</u>	<u>12.414.797,59</u>
Bens à Venda	14	8.292.154,80	12.414.797,59
Despesas Antecipadas		<u>33.726,40</u>	<u>20.606,10</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>27.521.970,15</u>	<u>20.668.119,21</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>25.403.033,86</u>	<u>18.566.790,54</u>
Aplicações	4	<u>17.018.094,39</u>	<u>9.646.978,13</u>
Títulos e Créditos a Receber		<u>8.384.939,47</u>	<u>8.913.976,42</u>
Títulos e Créditos a Receber	10	2.736.520,49	2.433.006,83
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	482.731,04	473.016,37
Assistência Financeira a Participantes	12	4.368.949,22	5.318.605,35
Outros Créditos Operacionais	13	796.738,72	689.347,87
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		<u>-</u>	<u>5.835,99</u>
Investimentos	15	<u>315.302,57</u>	<u>330.614,63</u>
Imóveis Destinados à Renda		315.302,57	330.614,63
Imobilizado	16	<u>1.170.399,66</u>	<u>1.152.475,87</u>
Imóveis de Uso Próprio		1.077.488,44	1.100.569,94
Bens Móveis		92.911,22	51.905,93
Intangível	17	<u>633.234,06</u>	<u>618.238,17</u>
Outros Intangíveis		633.234,06	618.238,17
TOTAL DO ATIVO		<u><u>54.432.748,84</u></u>	<u><u>52.143.449,73</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	Exercício findo em	
		31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		3.692.219,86	3.713.922,64
Contas a Pagar		472.610,47	454.276,74
Obrigações a Pagar	18	278.779,62	292.377,87
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		48.790,75	44.465,12
Encargos Trabalhistas		105.407,29	87.993,89
Impostos e Contribuições		39.632,81	28.937,52
Outras Contas a Pagar		-	502,34
Débitos de Operações com Previdência Complementar		25.457,56	21.935,10
Outros Débitos Operacionais		25.457,56	21.935,10
Depósitos de Terceiros	19	610.735,05	1.146.991,89
Provisões Técnicas-Previdência Complementar	20	2.583.416,78	2.090.718,91
Planos Bloqueados		118.859,89	107.427,60
Planos não Bloqueados		2.464.556,89	1.983.291,31
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.689.385,11	14.035.205,43
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	20	8.886.944,82	8.116.600,38
Planos Bloqueados		597.606,71	556.779,50
Planos não Bloqueados		8.289.338,11	7.559.820,88
Outros Débitos	21	5.802.440,29	5.918.605,05
Provisões Judiciais		5.802.440,29	5.918.605,05
PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS	22	36.051.143,87	34.394.321,66
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		2.201.402,88	1.958.613,96
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	(693,28)
Superávits Acumulados		14.001.798,72	12.588.458,71
TOTAL DO PASSIVO		<u>54.432.748,84</u>	<u>52.143.449,73</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Exercício findo em	
		31.12.2021	31.12.2020
Rendas de Contribuições e Prêmios		2.756,25	4.415,97
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(16.390,37)	77.574,86
Receitas de Contribuições e Prêmios		(13.634,12)	81.990,83
Variação de Outras Provisões Técnicas		(69.009,18)	(181.783,66)
Benefícios Retidos	23	(345.733,41)	(348.940,68)
Custos de Aquisição	23	(226.481,16)	(229.641,12)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	23	535.936,35	(285.275,47)
Contribuições para Cobertura de Riscos		3.125.494,20	2.973.998,86
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		313.747,69	2.305.591,65
Prêmios Ganhos		3.439.241,89	5.279.590,51
Sinistros Ocorridos	23	(644.028,46)	(161.607,38)
Custos de Aquisição	23	(290.468,72)	(254.688,16)
Despesas Administrativas	23	(2.741.004,53)	(2.514.628,89)
Despesas com Tributos	23	(584.107,34)	(650.031,67)
Resultado Financeiro	23	3.118.036,80	1.925.184,32
Resultado Patrimonial		(502.278,18)	(360.613,61)
Resultado Operacional		1.676.469,94	2.299.555,02
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes		(19.647,73)	31.073,81
Superávit do Exercício		1.656.822,21	2.330.628,83

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Líquido do Exercício	1.656.822,21	2.330.628,83
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	693,28	(625,84)
Ajuste ao valor justo de propriedades para investimento	-	(2.337.576,88)
Total Resultado Abrangente do Exercício	1.657.515,49	(7.573,89)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

(Valores expressos em Reais)

Discriminação	Reservas de		Ajustes TVM / Avaliação Patrimonial	Superávits ou Déficits Acumulados	Total
	Patrimoniais	Retenção de Superávits			
Saldos anteriores em 31 de dezembro de 2019	19.847.942,27	2.364.483,34	2.337.509,44	9.798.314,23	34.348.249,28
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(625,84)	53.646,27	53.020,43
Ajustes de Avaliação ao Valor Justo de Propriedades para Investimento			(2.337.576,88)		(2.337.576,88)
Superávit do Exercício	-	-	-	2.330.628,83	2.330.628,83
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios	-	(405.869,38)	-	405.869,38	-
Saldos anteriores em 31 de dezembro de 2020	19.847.942,27	1.958.613,96	(693,28)	12.588.458,71	34.394.321,66
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	693,28	(693,28)	-
Superávit do Exercício	-	-	-	1.656.822,21	1.656.822,21
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios	-	242.788,92	-	(242.788,92)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	19.847.942,27	2.201.402,88	-	14.001.798,72	36.051.143,87

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.2021	31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido do Exercício	1.656.822,21	2.330.628,83
Ajustes para:		
Depreciação e Amortizações	294.447,87	308.849,60
Varição no Valor Justo de Propriedades para Investimento	-	53.646,27
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros	(7.078.844,70)	(4.710.258,69)
Créditos das Operações de Previdência Complementar	(84.669,29)	46.774,66
Créditos Fiscais e Previdenciários	11.177,95	(14.439,74)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(226.991,02)	(31.629,25)
Despesas Antecipadas	(13.120,30)	4.659,41
Outros Ativos	4.786.794,94	2.359.853,42
Impostos e Contribuições	10.695,29	11.477,73
Outras Contas a Pagar	(502,34)	(153,06)
Débitos das Operações com Previdência Complementar	3.522,46	(1.405,37)
Depósitos de Terceiros	(536.256,84)	425.629,76
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	1.263.042,31	(966.540,23)
Provisões Judiciais	(116.164,76)	332.570,47
Outros Passivos	8.140,78	(35.560,90)
Valor Justo Ativos Financeiros	-	(2.338.202,72)
Caixa (Consumido) pelas Operações	(21.905,44)	(2.224.099,81)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	(21.905,44)	(2.224.099,81)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:		
Investimentos	15.312,06	2.893.930,61
Imobilizado	18.250,19	437,49
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(76.410,72)	(15.486,00)
Intangível	(269.207,02)	(244.774,19)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(312.055,49)	2.634.107,91
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(333.960,93)	410.008,10
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.069.199,04	659.190,94
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	735.238,11	1.069.199,04

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da Entidade.

- a) **Ramos de Atuação** - Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes.
- b) **Regiões de Atuação** - Autorizada pela SUSEP a operar nacionalmente, atualmente, operamos nas principais regiões do país.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Foram elaboradas, conforme as Circulares SUSEP nº 517/2015 e 648/2021, artigos 110 e 118. Elaboradas também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs, aprovados pela SUSEP, no que não contrarie as instruções SUSEP.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual.

A Diretoria Executiva mediante reunião realizada, em 18/02/2022, autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. **Apuração do Resultado** - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram.
- b. **Aplicações** - A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias (Nota 4): **1) Mantidos até o Vencimento:** Ativos não passíveis de negociação e registrados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos, reconhecidos no resultado do período; **2) Disponíveis para Venda:** Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Os rendimentos são reconhecidos em Resultado Financeiro, na Demonstração do Resultado; **3) Determinação do Valor Justo:** O valor unitário da quota do fundo de investimento é determinado pela instituição financeira e considera a valorização dos títulos públicos que compõem a carteira pelo valor de mercado. Para os títulos privados cuja rentabilidade é estabelecida tendo como base as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI) ou por taxas prefixadas, consideram-se possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o valor justo;
- c. **Créditos das Operações - Valores a Receber - Previdência Complementar** - contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9);
- d. **Títulos e Créditos a Receber - 1) Títulos e Créditos a Receber - Créditos a Receber** - demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10); **2) Assistência Financeira a Participantes** - demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12);
- e. **Investimentos** - representados pelo custo de aquisição de terrenos e edificações destinados à renda e/ou valorização do capital. (Nota 15);
- f. **Imobilizado** - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; Veículos 20%; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável (Nota 16);
- g. **Intangíveis** - referem-se aos gastos com licenças de uso, implantações e desenvolvimentos de sistemas operacionais, cuja amortização se dá linearmente à taxa anual de 20% (Nota 17);

VIVER PREVIDÊNCIA

- h. **Redução ao Valor Recuperável ("Impairment")** - conforme definido no CPC 01(R1), a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, a saber:
1. **Valores a Receber** - a redução ao valor recuperável é representada pelas parcelas mensais de contribuições de planos de previdência emitidas, mas não recebidas há mais de sessenta dias (Nota 9);
 2. **Títulos e Créditos a Receber** - a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e as receitas apropriadas (Nota 10);
 3. **Assistência Financeira à Participantes** - com base em levantamento dos contratos, que apresentem atraso superior há sessenta dias, considerados integralmente vencidos, descontadas as receitas a apropriar (Nota 12).
- i. **Provisões Técnicas** - constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pela SUSEP (Nota 20):

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC e Benefícios a Conceder - PMBAC foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, com o intuito de fazer frente aos compromissos da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseados no Regime financeiro de Capitalização;

Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG foi calculada de forma pro rata die, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR, para os planos de capitalização foram constituídas através dos percentuais determinado pelo Órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios em Repartições simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Actuarial apresentada na avaliação de 31/12/2013;

Provisão Para Despesas Relacionadas - PDR foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais;

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagas, inclusive os valores das causas judiciais em Lide;

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelos saldos dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado.

Provisão Complementar de Cobertura - PCC constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor.

- j. **Encargos Trabalhistas** - constituídos pela provisão de 13º salário, de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados;

- k. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes** - Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados as avaliações dos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas, conforme CPC 25, exceto para processos relacionados a benefícios (Nota 21);
- l. **Outros Ativos e Passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo;
- m. **Estimativas e Julgamentos** - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente (Nota 21).
- n. **Isonções Tributárias:** A Entidade não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos.

VIVER PREVIDÊNCIA

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 3b.)

a) **Composição** - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários nas categorias Títulos Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, ficando os mesmos classificados e ajustados nos níveis de hierarquia 1 e 2.

Mês de referência 12-2021					
Composição	Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/Valor Justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada - CDI
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		29.008.938,11	29.008.938,11	98,86	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	-	28.667.914,53	28.667.914,53	97,70	-
Fundo de Investimento em Ações	-	341.023,58	341.023,58	1,16	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		333.148,38	333.148,38	1,14	-
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	49.393,35	49.393,35	0,17	-
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	283.755,03	283.755,03	0,97	120,93%
Total Aplicações Financeiras		29.342.086,49	29.342.086,49	100,00	-

Mês de referência 12-2020					
Composição	Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/Valor Justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada CDI
Nível 1					
Títulos Disponíveis para Venda		20.866.851,86	20.866.851,86	93,73	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	-	20.475.669,69	20.475.669,69	91,97	-
Fundo de Investimento em Ações	-	391.182,17	391.182,17	1,76	-
Nível 2					
Títulos Disponíveis para Venda		1.396.389,93	1.396.389,93	6,27	-
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	451.822,93	451.822,93	2,03	112,00%
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	628.718,59	628.718,59	2,82	125,60%
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	300.625,81	300.625,81	1,35	180,00%
Outras Aplicações	-	15.222,60	15.222,60	0,07	-
Total Aplicações Financeiras		22.263.241,79	22.263.241,79	100,00	-

Hierarquia do valor justo:

A tabela acima apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b) Movimentação das Aplicações - demonstrado no quadro abaixo:

Movimentação	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Perdas por Desvalorização	Ajuste ao Valor Justo	Saldo em 31/12/2021
Quotas Fundos de Investimentos	<u>20.866.851,86</u>	<u>8.353.875,49</u>	<u>(1.251.875,49)</u>	<u>1.040.086,25</u>	<u>-</u>	<u>29.008.938,11</u>
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	20.475.669,69	8.353.875,49	(1.251.875,49)	1.090.244,84	-	28.667.914,53
Fundo de Investimento de Ações	391.182,17	-	-	(50.158,59)	-	341.023,58
Títulos de Renda Fixa Privados	<u>1.396.389,93</u>	<u>-</u>	<u>(1.125.023,63)</u>	<u>61.782,08</u>	<u>-</u>	<u>333.148,38</u>
Recibos de Depósitos Bancários	406.170,11	-	(374.887,56)	18.110,80	-	49.393,35
Letra Financeira	214.076,69	-	(216.620,07)	2.543,38	-	-
Letras de Câmbio	760.920,53	-	(516.528,16)	39.362,66	-	283.755,03
Outras Aplicações	15.222,60	-	(16.987,84)	1.765,24	-	-
Total	<u>22.263.241,79</u>	<u>8.353.875,49</u>	<u>(2.376.899,12)</u>	<u>1.101.868,33</u>	<u>-</u>	<u>29.342.086,49</u>

Movimentação	Saldo em 31/12/2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Perdas por Desvalorização	Ajuste ao Valor Justo	Saldo em 31/12/2020
Quotas Fundos de Investimentos	<u>9.638.797,88</u>	<u>11.284.000,00</u>	<u>(422.655,38)</u>	<u>366.709,35</u>	<u>-</u>	<u>20.866.851,85</u>
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos	9.428.806,30	10.684.000,00	-	362.863,39	-	20.475.669,69
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.	209.991,58	200.000,00	(422.655,38)	12.663,80	-	-
Fundo de Investimento de Ações	-	400.000,00	-	(8.817,83)	-	391.182,17
Títulos de Renda Fixa Privados	<u>7.914.185,22</u>	<u>1.893.759,96</u>	<u>(8.432.474,41)</u>	<u>21.545,00</u>	<u>(625,84)</u>	<u>1.396.389,93</u>
Certificados de Depósitos Bancários	5.060.381,54	1.445.000,00	(6.564.970,16)	59.588,62	-	-
Recibos de Depósitos Bancários	679.973,91	-	(227.368,02)	(46.215,92)	(219,86)	406.170,11
Letra Financeira	207.516,64	-	-	6.560,05	-	214.076,69
Letras de Câmbio	1.949.708,85	250.000,00	(1.439.823,21)	1.440,87	(405,98)	760.920,53
Outras Aplicações	16.604,28	198.759,96	(200.313,02)	171,38	-	15.222,60
Total	<u>17.552.983,10</u>	<u>13.177.759,96</u>	<u>(8.855.129,79)</u>	<u>388.254,35</u>	<u>(625,84)</u>	<u>22.263.241,79</u>

VIVER PREVIDÊNCIA

5. TÁBUA, TAXAS DE CARREGAMENTO E DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Plano	Processo SUSEP	Tábua Biométrica	Carregamento	Taxa de Juros
Pecúlio Vitalício RS	15414.003490/2011-72	CSO 1958	30%	0%
Pensão Prazo Certo RCC	10.004705/99-81	CSO 1958	30%	6%

6. PERCENTUAIS DE CUSTO DE AQUISIÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

Custos de Aquisição	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Corretagem/Agenciamento	290.468,72	56,23	254.688,16	52,59
Custeamento de Vendas	226.481,16	43,77	229.641,12	47,41
Total	516.949,88	100,00	484.329,28	100,00

Sinistralidade	31.12.2021		31.12.2020	
	Benefícios Ocorridos	Percentual	Benefícios Ocorridos	Percentual
Planos de Pecúlio	65	49,62	87	54,04
Planos de Renda	66	50,38	74	45,96
Total	131	100,00	161	100,00

7. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP)

Foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo – TAP utilizando premissas atuariais atuais e métodos estatísticos para fluxos de caixa futuros dos contratos de previdência, segregados em duas partes: Fase de contribuição e fase de pagamento de benefícios, separados por regime financeiro e cobertura, que resultou no quadro sugerido pela SUSEP um saldo de R\$ 449.903,99 da Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

8. GESTÃO DE RISCO

a) **Estrutura de Gerenciamento de Risco:** O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva e Comitê de Riscos a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star.

b) **Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:**

Risco de liquidez - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros. A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros, fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros**, fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

VIVER PREVIDÊNCIA

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2021
Contas a Pagar	472.610,47	-	-	472.610,47
Débito de Operações com Previdência Complementar	25.457,56	-	-	25.457,56
Depósitos de Terceiros	365.397,05	206.904,31	38.433,69	610.735,05
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	374.754,39	2.208.662,39	8.886.944,82	11.470.361,60
Outros Débitos	-	-	5.802.440,29	5.802.440,29
Total dos Passivos financeiros	1.238.219,47	2.415.566,70	14.727.818,80	18.381.604,97

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2020
Contas a Pagar	454.276,74	-	-	454.276,74
Débito de Operações com Previdência Complementar	21.935,10	-	-	21.935,10
Depósitos de Terceiros	788.134,11	320.523,12	38.334,66	1.146.991,89
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	273.010,27	1.817.708,64	8.116.600,38	10.207.319,29
Outros Débitos	-	-	5.918.605,05	5.918.605,05
Total dos Passivos financeiros	1.537.356,22	2.138.231,76	14.073.540,09	17.749.128,07

Risco de mercado – risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado. A Entidade elabora análise de sensibilidade que reflete interdependências entre riscos variáveis para administrar riscos financeiros.

Análise de Sensibilidade: o Teste de Sensibilidade foi realizado levando em consideração um aumento ou um decréscimo de 1,5% da taxa de juros de mercado e o aumento de 2% na taxa de mortalidade da carteira da entidade.

Risco de crédito – risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes dos emissores ou de contraparte de transações não cumprirem suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas.

Quanto ao risco de contraparte em instituições financeiras, os acompanhamentos periódicos de ratings de crédito revisados por Agências Classificadoras são avaliados pela Administração da Entidade, mantidos os limites de concentração para aplicações de recursos em instituições financeiras. A Entidade entende que nas operações de previdência não há exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que opera com produtos fundamentalmente massificados. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

VIVER PREVIDÊNCIA

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL		Sem Rating	Saldo Contábil
	BB-	BBB		
Em 31.12.2021				
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-		735.238,11	735.238,11
Ativos pós-fixados				
Privados até 365 dias	-	283.755,03	49.393,35	333.148,38
Fundo de Investimento de Ações	-	-	341.023,58	341.023,58
Fundo de Investimento FIE Títulos Públicos	28.667.914,53	-	-	28.667.914,53
Assistência Financeira até 365 dias	-		1.968.973,13	1.968.973,13
Assistência Financeira acima de 365 dias	-		4.368.949,22	4.368.949,22
Recebíveis até 365 dias	-		3.556.694,15	3.556.694,15
Recebíveis acima de 365 dias	-		4.015.990,25	4.015.990,25
Total	28.667.914,53	283.755,03	15.036.261,79	43.987.931,35

Composição da carteira por categoria contábil	RATINGS ESCALA BRASIL				Sem Rating	Saldo Contábil
	A	AA-	AAA	BBB		
Em 31.12.2020						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	-	-		1.069.199,04	1.069.199,04
Ativos pós-fixados						
Privados - Sem Vencimento	-	-	-		15.222,60	15.222,60
Privados até 365 dias	129.885,70	214.076,69	-	237.746,24	498.832,89	1.080.541,52
Privados acima de 365 dias	-	-	-	251.232,46	49.393,35	300.625,81
Fundo de Investimento de Ações	-	-	-		391.182,17	391.182,17
Fundo de Investimento FIE Títulos Públicos	-	-	20.475.669,69		-	20.475.669,69
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-		2.302.416,18	2.302.416,18
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	-	-		5.318.605,35	5.318.605,35
Recebíveis até 365 dias	-	-	-		3.052.047,95	3.052.047,95
Recebíveis acima de 365 dias	-	-	-		3.601.207,06	3.601.207,06
Total	129.885,70	214.076,69	20.475.669,69	488.978,70	16.298.106,59	37.606.717,37

VIVER PREVIDÊNCIA

Risco de subscrição – possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da entidade, direta ou indiretamente, às bases técnicas, atuariais e cálculo de contribuições. Na avaliação para aceitação são calculadas as perdas nominais esperadas, o dano máximo provável e a perda máxima possível. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela Susep e são realizados testes de consistência.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - VALORES A RECEBER (Nota 3c./3h.-1)

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Consignação de Órgãos Averbadores	293.215,78	246.149,58
Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos	947.451,53	893.007,53
Outros Créditos	47.399,47	49.404,33
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1)	(557.556,46)	(542.720,41)
Total	730.510,32	645.841,03

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (Nota 3d./3h.-2)

Composição em:	31.12.2021	31.12.2020
Aluguéis a Receber	123.935,95	128.192,78
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	2.959.392,03	2.643.200,52
(-) Redução ao Valor Recuperável - Aluguéis a Receber (Nota 3-h.2)	(123.935,95)	(107.487,75)
(-) Redução ao Valor Recuperável - Direitos Result. da Venda de Imóveis (Nota 3-h.2)	(443.690,74)	(360.108,61)
Ativo Circulante	2.515.701,29	2.303.796,94
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	2.736.520,49	2.433.006,83
Ativo Não Circulante	2.736.520,49	2.433.006,83

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos Judiciais - Tributos	243.482,50	-
Depósitos Judiciais - Benefícios	351.328,54	310.045,28
Depósitos Judiciais - Cíveis	86.753,45	136.587,91
Outros Depósitos - Processos SUSEP	5.919,82	10.059,04
Outros Depósitos - Processos Administrativos	12.523,08	16.324,14
Total	700.007,39	473.016,37

VIVER PREVIDÊNCIA

12. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES (Nota 3d.-2/3h.-3)

Composição em:	31.12.2021	31.12.2020
Assistência Financeira	6.055.356,21	6.275.156,90
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3)	(4.086.383,08)	(3.972.740,72)
Ativo Circulante	1.968.973,13	2.302.416,18
Assistência Financeira	4.368.949,22	5.318.605,35
Ativo Não Circulante	4.368.949,22	5.318.605,35

13. OUTROS CRÉDITOS

Composição em:	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a Funcionários	3.527,96	444,42
Adiantamentos Administrativos	56.329,68	54.512,15
Créditos Diversos	29.898,99	32.825,90
Ativo Circulante	89.756,63	87.782,47
Créditos de Antecipação parcelas de Assistência Financeira	750.046,29	689.347,87
Créditos DACASA Financeira	116.731,08	-
(-) Redução ao Valor Recuperável – Créditos DACASA Financeira	(70.038,65)	-
Ativo Não Circulante	796.738,72	689.347,87

14. BENS À VENDA

Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R\$7.193.239,80, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R\$1.098.915,00, totalizando R\$ 8.292.154,80 (R\$12.414.797,59 em 31.12.2020).

15. INVESTIMENTOS (Nota 3e.)

Composição em:	31.12.2021		31.12.2020	
	Custo	Total	Custo	Total
- Terrenos e Edificações	315.302,57	315.302,57	330.614,63	330.614,63

16. IMOBILIZADO (Nota 3f.)

Composição em:	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
- Imóveis	1.300.446,24	222.957,80	1.077.488,44	1.300.446,24	199.876,30	1.100.569,94
- Equipamentos	200.665,43	112.912,19	87.753,24	131.961,73	96.371,93	35.589,80
- Móveis, Máquinas e Utensílios	33.372,53	28.214,55	5.157,98	40.533,04	24.216,91	16.316,13
- Veículos	80.000,00	80.000,00	-	80.000,00	80.000,00	-
Total	1.614.484,20	444.084,54	1.170.399,66	1.552.941,01	400.465,14	1.152.475,87

VIVER PREVIDÊNCIA**17. INTANGÍVEL (Nota 3g.)**

Composição em:	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
- Desenvolvimento de Software	3.325.388,00	2.712.459,06	612.928,94	3.079.388,00	2.461.149,83	618.238,17
- Sistemas Aplicativos e Licenças de Uso	35.125,02	14.819,90	20.305,12	25.554,16	25.554,16	-
Total	3.360.513,02	2.727.278,96	633.234,06	3.104.942,16	2.486.703,99	618.238,17

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição em:	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	20.108,28	15.961,41
Aluguéis a Pagar	-	9.654,26
Honorários, Remunerações e Gratificações a Pagar	-	195,68
Pagamentos a Efetuar	254.919,50	262.365,48
Outras Obrigações a Pagar	3.751,84	4.201,04
Total	278.779,62	292.377,87

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

Tempo de Permanência	Prêmios Antecipados		Valores a Reclassificar		Outros Depósitos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
De 1 a 30 dias	2.370,00	1.172,00	6.876,20	132.731,24	195.722,87	354.872,23
De 31 a 60 dias	2.793,60	3.033,50	11.802,77	45.788,91	58.476,54	178.869,81
De 61 a 90 dias	1.861,30	4.450,64	5.726,42	67.215,78	79.767,35	-
De 91 a 120 dias	1.965,55	2.949,00	2.820,00	274.546,81	64.557,33	-
De 121 a 180 dias	1.922,00	3.020,47	26.721,33	28.942,07	67.889,74	-
De 181 a 365 dias	10.764,22	11.064,77	24.721,22	-	5.542,92	-
Acima de 365 dias	16.719,34	22.334,66	-	-	21.714,35	16.000,00
Total	38.396,01	48.025,04	78.667,94	549.224,81	493.671,10	549.742,04

VIVER PREVIDÊNCIA**20. PROVISÕES TÉCNICAS (Nota 3i.)****a) Movimentação dos saldos das Provisões Técnicas:**

	31.12.2020	(+/-) Atualização Monetária	Constituição	Reversão	31.12.2021
Planos Bloqueados	664.207,10	32.857,41	247.311,26	227.909,17	716.466,60
Matemática de Benefícios Concedidos	498.634,58	27.456,92	64.501,19	81.438,28	509.154,41
Sinistros a Liquidar	32.922,55	5.400,49	63.517,58	63.362,57	38.478,05
Complementar de Cobertura	123.209,42	-	118.553,31	82.876,50	158.886,23
Despesas Relacionadas	9.440,55	-	739,18	231,82	9.947,91
Planos Não Bloqueados	9.543.112,19	2.066.355,68	2.964.428,04	3.820.000,91	10.753.895,00
Matemática de Benefícios a Conceder	1.324.011,79	162.971,96	34.469,87	138.066,27	1.383.387,35
Complementar de Cobertura	440.328,14	-	242.854,87	392.165,25	291.017,76
Provisão de Prêmios Não Ganhos	139.992,75	-	55.313,07	47.236,30	148.069,52
Riscos Vigentes e não Emitidos	0,37	-	5.249,09	5.089,40	160,06
Matemática de Benefícios Concedidos	5.202.408,24	1.700.256,69	988.232,66	1.731.140,56	6.159.757,03
Sinistros a Liquidar	781.988,90	97.342,40	1.193.978,65	1.090.855,49	982.454,46
Sinistros Ocorridos e não Avisados	245.863,68	-	136.214,75	78.669,71	303.408,72
Despesas Relacionadas	1.135.508,05	-	162.458,71	187.081,05	1.110.885,71
Resgates e Outros Valores a Regularizar	273.010,27	105.784,63	145.656,37	149.696,88	374.754,39
Total Provisões Técnicas	10.207.319,29	2.099.213,09	3.211.739,30	4.047.910,08	11.470.361,60

b) Cobertura das Provisões Técnicas - Suficiência:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Total Provisões Técnicas	11.470.361,60	10.207.319,29
Depósitos Judiciais Redutores	69.242,81	50.999,16
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	11.401.118,79	10.156.320,13
Ativos Garantidores Aceitos		
Títulos de Renda Fixa Privados	-	214.076,69
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos - Títulos Públicos	13.463.871,34	12.219.468,01
Fundo de Investimento de Ações	341.023,58	391.182,17
Total de Ativos Garantidores Aceitos	13.804.894,92	12.824.726,87
Suficiência de Ativos Garantidores Aceitos	2.403.776,13	2.668.406,74

VIVER PREVIDÊNCIA

21. OUTROS DÉBITOS (Nota 3k.)

- a) **Provisões Fiscais** - Em razão de ações fiscais, por parte da Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, requerendo as supostas bases de cálculo da contribuição dos exercícios de 2003/2004 e 2005/2006 e o não reconhecimento de direitos creditórios pleiteados por meio de PER/DCOMP. Há, ainda, provisões de execuções fiscais relativas à cobrança de IPTU.

Probabilidade de Perda	Ação Fiscal no Âmbito Administrativo							
	31.12.2021				31.12.2020			
	Qt.	Reclamado	Reclamado Atualizado	Provisão	Qt.	Reclamado	Reclamado Atualizado	Provisão
Provável	05	2.622.637,70	10.949.281,82	5.477.463,04	07	2.706.763,82	10.955.711,92	5.440.751,51

- b) **Provisões Cíveis** - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas - Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizados em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais relacionadas a Benefícios									
	31.12.2021					31.12.2020				
	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	13	7.594.680,43	336.068,32	16.805,42	-	13	7.575.937,51	281.709,27	25.606,28	6.768,00
Possível	01	56.428,64	1.600,00	-	-	01	56.428,64	1.600,00	-	-
Total	14	7.651.109,07	337.668,32	16.805,42	-	14	7.632.366,15	283.309,27	25.606,28	6.768,00

Probabilidade de Perda	Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios									
	31.12.2021					31.12.2020				
	Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais	Qt.	Reclamado	Provisão	Honorários	Danos Morais
Provável	23	864.377,04	165.506,92	16.603,12	5.491,91	29	1.122.406,75	232.718,39	15.186,23	8.465,60

- c) **Outras Provisões** - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP.

Probabilidade de Perda	Processos Administrativos SUSEP					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Qt.	Reclamado	Provisão	Qt.	Reclamado	Provisão
Provável	7	141.028,92	137.375,30	9	210.500,00	214.715,32

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido (PL)	36.051.143,87	34.394.321,66
Ajustes Contábeis:		
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(33.726,40)	(20.606,10)
(-) Intangíveis	(633.234,06)	(618.238,17)
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos:		
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurados no TAP	1.443.210,67	2.526.345,42
(+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	377.365,30	149.546,88
Ajustes de Qualidade de Cobertura do Capital Mínimo Requerido – CMR:²		
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 1	28.739.170,59	27.608.194,08
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 2	1.820.575,97	2.675.892,30
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 3	6.645.012,82	6.147.283,31
PLA nível 2 + PLA nível 3 - 50% CMR	5.494.818,44	5.946.009,29
PLA nível 3 - 15% CMR	5.753.781,72	5.284.133,41
(-) Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	(5.753.781,72)	(5.946.009,29)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA Total (PL + Aj.Contábeis + Aj.Econômicos + Aj.do excesso de nível 2 e 3)²	<u>31.450.977,66</u>	<u>30.485.360,40</u>
Capital Base¹	-	-
Capital de Risco Total – CR:	5.941.540,70	5.754.332,64
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição – CRsubs	735.978,95	631.234,17
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito – CRcred	3.289.735,26	2.705.533,33
Capital de Risco baseado no Risco Operacional – CROper	9.176,29	8.229,88
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado – CRmerc	3.728.616,00	4.094.031,00
Redução de Correlação de Riscos	(1.821.965,80)	(1.684.695,74)
Capital Mínimo Requerido – CMR	<u>5.941.540,70</u>	<u>5.754.332,64</u>
Suficiência de Capital (PLA total – CMR)²	<u>25.509.436,96</u>	<u>24.731.027,76</u>

1. O capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero e o capital mínimo requerido equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (Resolução CNSP 321/2021 e alterações posteriores).
2. Para efeito comparativo calculamos o Ajuste de Excesso de PLA Nível 2 e Nível 3 para 31/12/2020 e consequentemente recalculamos os valores de Patrimônio Líquido Ajustado e de Suficiência de Capital, conforme alterações promovidas pela Resolução CNSP nº 432/2021.

VIVER PREVIDÊNCIA**23. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DETALHAMENTO**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
BENEFÍCIOS RETIDOS	(345.733,41)	(348.940,68)
Administrativos	(335.798,01)	(333.291,14)
Judiciais	(9.935,40)	(15.649,54)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(516.949,88)	(484.329,28)
Corretagem/Agenciamento – Planos de Pecúlio	(290.468,72)	(254.688,16)
Custeamento de Vendas	(212.774,05)	(209.489,34)
Outros Custos de Aquisição	(13.707,11)	(20.151,78)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.127.472,02	287.725,92
Receitas com Redução/Baixa de Provisões	674.753,20	151.372,09
Outras Receitas Operacionais	452.718,82	136.353,83
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(591.535,67)	(573.001,39)
Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis	(163.674,11)	(141.028,54)
Despesas com Provisões	(105.467,76)	(342.229,39)
Outras Despesas Operacionais	(322.393,80)	(89.743,46)
SINISTROS OCORRIDOS	(644.028,46)	(161.607,38)
Administrativos	(477.232,43)	(280.847,93)
Judiciais	(109.250,99)	(43.000,95)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	(57.545,04)	162.241,50
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.741.004,53)	(2.514.628,89)
Pessoal Próprio	(1.375.843,89)	(1.269.013,83)
Serviços de Terceiros	(619.819,27)	(512.736,83)
Localização e Funcionamento	(264.546,04)	(271.357,56)
Depreciação e Amortização	(296.469,05)	(308.849,60)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(27.326,86)	(15.081,64)
Despesas com Publicações	(9.936,80)	(14.327,76)
Despesas com Donativos e Contribuições	(41.497,80)	(44.005,26)
Outras Despesas Administrativas	(105.564,82)	(79.256,41)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(584.107,34)	(650.031,67)
COFINS	(399.893,95)	(454.406,64)
PIS	(64.982,75)	(73.841,08)
Taxa de Fiscalização	(106.512,03)	(101.560,96)
Outros Tributos	(12.718,61)	(20.222,99)

VIVER PREVIDÊNCIA

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS FINANCEIRAS	8.136.641,53	7.214.084,33
Títulos de Renda Fixa Privados	194.171,94	232.637,81
Assistência Financeira	6.152.069,13	5.979.758,38
Fundos de Investimentos	1.148.294,54	550.408,93
Receitas Financeiras com Créditos Recebidos	624.041,01	425.660,81
Outras Receitas Financeiras	18.064,91	25.618,40
DESPESAS FINANCEIRAS	(5.018.604,73)	(5.288.900,01)
Despesas com Títulos de Renda Variável	(108.208,29)	(183.699,57)
Despesas com Títulos de Renda Fixa	-	(178.378,39)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados	(32.857,41)	(14.228,11)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados	(2.066.355,68)	(1.589.863,20)
Assistência Financeira	(2.728.195,85)	(3.153.678,05)
Outras Despesas com Encargos Financeiros e Atualização Monetária	(81.585,71)	(164.158,75)
Outras Despesas Financeiras	(1.401,79)	(4.893,94)

24. EFEITOS DO NOVO CORONAVÍRUS

Como todo o mercado, estamos sofrendo as consequências da pandemia COVID-19, mas adaptamos as atividades e as mantivemos sem interrupções. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais são incertos quanto à sua duração e severidade, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuando a ser monitorados atentamente pela Administração da Entidade.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Amando A. Ramos – Diretor Presidente

Wesley W. de Assis – Diretor Vice-Presidente

Wanderleia G. da Silva Moreira – Diretora Executiva

SUPERINTENDENCIA

Rodelf Roner O. Vieira - Superintendente

GERENTE CONTÁBIL

Renata Lima M. V. Pedras – Contadora - CRC/RJ N° 091943/0

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcus Vinicius Stilben Medeiros- MIBA N° 912

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
VIVER PREVIDÊNCIA
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VIVER PREVIDÊNCIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER PREVIDÊNCIA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício de 2020, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório sobre as mesmas, datado de 22 de fevereiro de 2021, não conteve ressalvas.

4. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:

- (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;
 - (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;
 - (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- h. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

- i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG-12.557 | CVM-12.815

FERNANDO CAMPOS

MOTTA:05361897655

Assinado de forma digital por

FERNANDO CAMPOS

MOTTA:05361897655

Dados: 2022.02.24 09:30:15 -03'00'

Fernando Campos Motta

Contador CRCMG – 91.109

Parecer dos auditores atuariais independentes

**Grant Thornton Serviços
Atuariais Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Conselho Deliberativo, Diretoria e Participantes

Viver Previdência

Belo Horizonte – MG

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Viver Previdência em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Responsabilidade da administração

A administração da Viver Previdência é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Viver Previdência são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Viver Previdência em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Viver Previdência e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022



Elmo Henrique de Moraes
Atuário MIBA 2040

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CIBA nº 161